



*Euclides Ribeiro S. Junior*  
*Eduardo Henrique Vieira Barros*  
*Allison Giuliano Franco e Sousa*  
*Joslaine Fábria de Andrade*  
*Gabriel Coelho Cruz e Sousa*  
*Daniel Leal de Barros Lajst*  
*Guilherme Gumier Motta*  
*Ana Paula Cunha Freire*  
*Jonathã Cristian Santos Silva*  
*Ramirhis Laura Xavier Alves*  
*Kamilla Alves Lima*  
*Guilherme Eduardo Nascimento*  
*Marcella da Costa Prado – Est.*  
*Stephani Pires Pereira – Est.*  
*Luiz Henrique Salvadoro Mendonça – Est*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL – ESPECIALIZADA EM FALÊNCIA  
E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA COMARCA DE RONDONÓPOLIS- ESTADO DE MATO GROSSO**

**RUSTK COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.265.186.0001-92, com filial na comarca de Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ sob nº 29.265.186/0002-73, com sede na Avenida Pedro Paulo de Faria Junior, 1628, Sala 01, Distrito Industrial, CEP 78.098.270 em Cuiabá-MT) e **S. GOMES FERREIRA & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0001-05, com filiais nas comarcas de Sinop-MT, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0002-96; Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0003-77; Rondonópolis-MT, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0004-58; Sorriso-MT, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0005-39; Barra do Garças –MT, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0006-101; Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0007-09; Balsas-MA, inscrita no CNPJ sob nº 31.222.499/0008-81, com sede na Avenida Bonifácio Sacheti 1944, Sala 01, Distrito Industrial Augusto Bortoli Razia, CEP 78746-7000 em Rondonópolis-MT, autodenominadas “**GRUPO RUSTK**”, vem, por intermédio de seus advogados infra-assinados, com instrumentos procuratórios em anexo com endereços constantes no rodapé desta, indicando o de Cuiabá/MT para o recebimento de intimações, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento na Lei n. 11.101/2005, formular o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, nos termos abaixo.

**DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO**

O artigo 3º da Lei n. 11.101/2005 determina que *“é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor”*, tendo sido adotado, pelo Superior Tribunal de Justiça, o critério econômico<sup>1</sup> para sua definição.

A mesma Lei n. 11.101/2005 prevê, no artigo 69-G, § 2º, que *“[o] juízo do local do principal estabelecimento entre os dos devedores é competente para deferir a recuperação judicial sob consolidação processual, em observância ao disposto no art. 3º desta Lei”*.

No caso em comento, o principal estabelecimento das Requerentes é localizado no Distrito Industrial no município da Comarca de Rondonópolis-MT – CEP n. 78.746-700, além de aqui também possuírem filiais, conforme demonstram os contratos sociais das empresas, e ainda de ser o domicílio das sócias.

Assim, de acordo com a implementação da regionalização das Varas de Recuperação Judicial trazida pela Resolução TJ-MT/OE n. 10 de 30 de julho de 2020<sup>2</sup>, os processos atinentes à Comarca de Vila Rica/MT devem ser processados perante à Quarta Vara Cível da Comarca de Rondonópolis/MT, razão pela qual o presente foro é o competente para a tramitação e processamento do feito.

**CONHECENDO A EMPRESA**

A história do Grupo Rustk começou no ano de 2005, quando o Sr. Sebastião Ferreira de Sousa, pai das atuais sócias das Requerentes, migrou do estado de Goiás para a cidade de Mato Grosso, e juntamente com um antigo sócio adquiriram uma oficina chamada inicialmente “Di Caminhões”, a qual, ficava estrategicamente localizada próxima ao Trevão, local onde até os dias atuais há um grande fluxo de caminhões.

<sup>1</sup> STJ - AgInt no CC: 147714 SP 2016/0190631-3, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 22/02/2017, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 07/03/2017

<sup>2</sup> Disponível em: [https://www.tjmt.jus.br/intranet.arg/cms/grupopaginas/100/820/Resolucao\\_OE\\_102020\\_-\\_Regionalizacao\\_Varas\\_Recuperacao\\_Judicial-DJe\\_31072020.pdf](https://www.tjmt.jus.br/intranet.arg/cms/grupopaginas/100/820/Resolucao_OE_102020_-_Regionalizacao_Varas_Recuperacao_Judicial-DJe_31072020.pdf). Acesso em 07 fev. 2023.

Em 2010 deixaram de prestar serviços mecânicos e começaram a comercializar peças para caminhões e carretas em atacado e varejo, tendo mudado o nome da empresa para Central de Peças, empresa esta que rapidamente se expandiu e foram abertas filiais nas cidades de Primavera do Leste, Barra do Garças, Cuiabá, Várzea Grande e Sinop.

Contudo, após alguns anos a relação entre os sócios se desestabilizou e estes entenderam por bem dissolverem a sociedade, momento no qual o Sr. “Tião” que havia ficado com as filiais de Rondonópolis, Sinop e Cuiabá, decidiu que tornaria a empresa uma empresa familiar.

Desse modo, em 13.12.2017, nasceu a primeira empresa a Rustk Comércio de Peças para Veículos Ltda, inicialmente tendo como sócias as duas filhas mais velhas do Sr. Tião, a Sara e a Isabela, sendo que logo em seguida, em meados do ano de 2018, veio a abertura da S. Gomes Ferreira e Cia Ltda.

Hoje as duas empresas que compõe o Grupo Rustk, são formadas pelo seguinte quadro societário:

#### S. GOMES FERREIRA & CIA LTDA

Sócias	Quotas	%	Valor em Reais
SARA GOMES FERREIRA	250.000	50	250.000,00
MARIA ELOISA GOMES FERREIRA	250.000	50	250.000,00
<b>Total</b>	<b>500.000</b>	<b>100</b>	<b>500.000,00</b>

#### RUSTK COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA

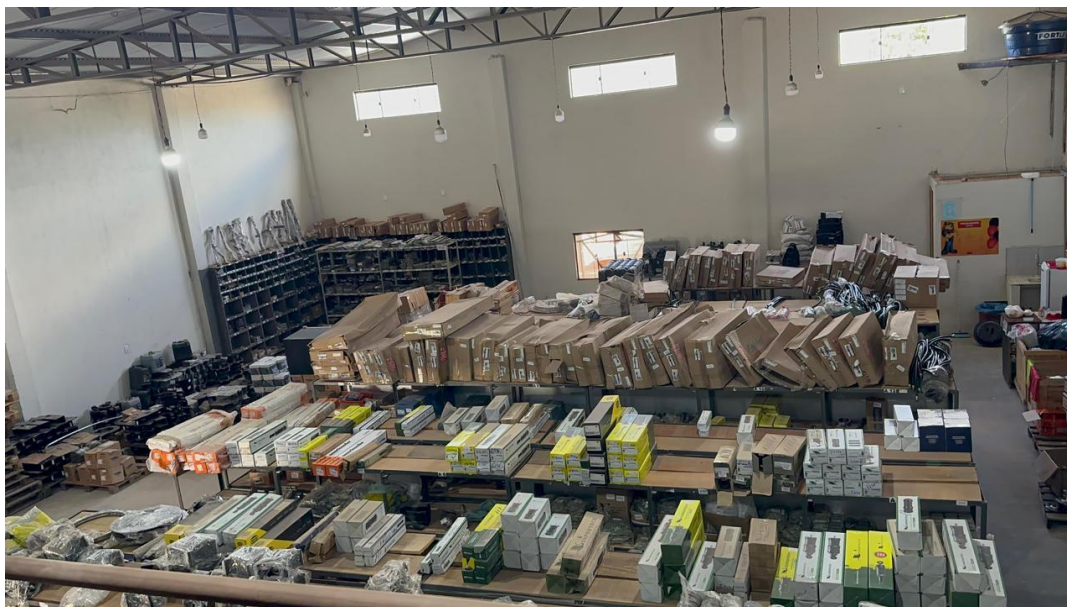
Sócia	Quotas	%	Valor em Reais
ISABELA GOMES FERREIRA WATANABE	1.000.000	100	1.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100</b>	<b>1.000.000,00</b>

Apesar dos grandes desafios dos primeiros anos, como a limitação de recursos, baixa demanda de vendas do comércio local e a inadimplência de alguns clientes, o que impedia, de certa forma, de crescer conforme esperado, as Requerentes buscaram expandir novos horizontes e instalaram em Cuiabá-MT, o seu Centro de Distribuição de Peças, para melhor atender as filiais:



*Centro de Distribuição – Cuiabá-MT.*

# ERS



*Centro de Distribuição – Cuiabá-MT.*





Já no ano de 2022, buscando novos ares e formas de ampliar o empreendimento foi tomada a iniciativa de abrir a filial de Sorriso-MT, local o qual se vislumbrou uma oportunidade de crescimento.



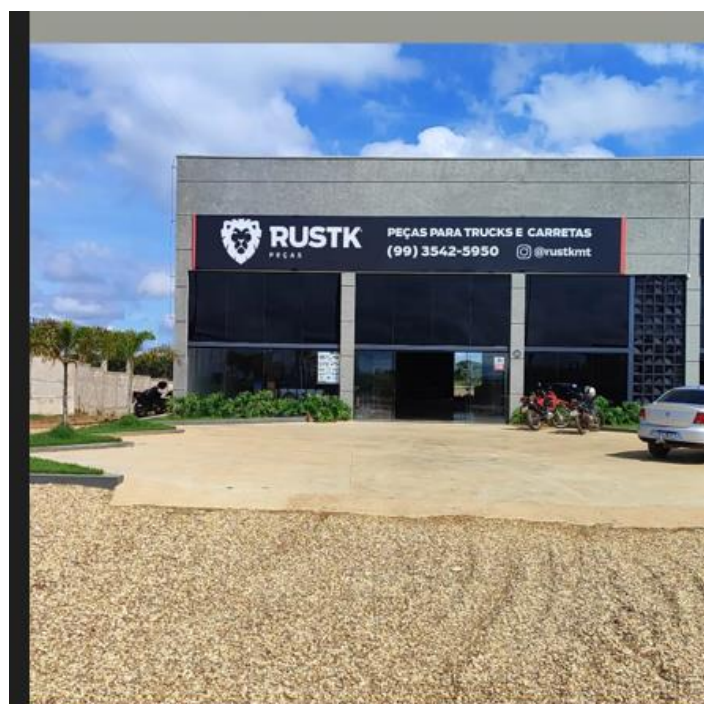
*Imagem – Rustk – Filial Sorriso - MT*

E, em 2023, inauguraram as filiais de Barra do Garças-MT e Balsas – Maranhão, além das filiais em Florianópolis-SC, que são utilizadas como base de importação das peças do segmento com a marca própria:

# ERS



*Imagem -Rustk – Filial – Barra do Garças - MT*



*Filial - Rustk – Balsas - Maranhão*



*Peças Importadas com a marca do Grupo Rustk.*

As conquistas vieram com o tempo, principalmente quando o quadro de colaboradores aumentou, gerando hoje quase 100 (cem) empregos direto e a gama de clientes também teve crescimento, fatores que ensejaram uma estruturação mais robusta do grupo.





Para colocarem em prática essa expansão, uma vez que estavam contemplando um novo segmento, tiveram que emprestar capital junto as instituições financeiras, além de adquirir caminhões e veículos para transporte e entregas das peças, sendo a frota e veículos da empresa formada por 03 (três) caminhões que são utilizados para abastecer as nossas lojas e atender clientes mais distantes, 08(oito) *pick ups* *stradas* e 20 (vinte) motos para tornarem mais rápida as entregas.



Nessas operações, foram dados em garantias alguns bens do grupo, justamente para que pudessem fomentar o negócio. Na ocasião, o cumprimento das obrigações era tranquilamente suportável e dentro do fluxo de pagamento das empresas, praticamente inexistindo risco financeiro.

Ocorre que, em que pese no pós pandemia o faturamento ter tido um aumento significativo, as Requerentes não consideraram adequadamente o impacto na margem de lucro e os custos operacionais crescentes, e quando, se deram conta, tiveram que novamente recorrer a contratação de empréstimos de capital de juros juntos aos bancos, situação hoje que infelizmente não tem mais como ser mantida, já que hoje o passivo da empresa supera, em muito, o valor do melhor lucro que já obtiveram nos últimos anos.

E em que pese terem sido criadas grandes expectativas para o ano de 2024 a queda do agronegócio está impactando diretamente todas as áreas do comércio, principalmente em nosso Estado.

Atualmente, mesmo com as dificuldades no cenário econômico, a atividade das Requerentes se mantém ativa, com funcionários diretos, gerando empregos, renda e atingindo a finalidade social, conforme preleciona o artigo 47 da Lei n. 11.101/2005.

Porém, necessita do suporte do Poder Judiciário e do amparo da Lei de Recuperações Judiciais para se manter no mercado e alavancar sua atividade novamente dentro de um cenário mais estável e regularizado, equilibrando seu passivo e seus ativos.

Com isso, as Requerentes terão apoio e o tempo necessário à sua disposição, de modo que consiga realizar seu trabalho, estabilizar-se novamente, cumprindo com as obrigações assumidas, dando continuidade a sua atividade.

Como agora se passa a demonstrar, embora passe por uma momentânea crise de liquidez, as Requerentes são empresas absolutamente viáveis, o que decerto será reconhecido por seus credores com a aprovação de seu Plano de Recuperação Judicial, a ser oportunamente apresentado.

Nessa ordem de ideias, para que esse processo tenha efetividade e a finalidade do instituto possa ser atingida, elas precisam, urgentemente, que seu fluxo de caixa seja protegido **ainda hoje**, na forma autorizada pelo artigo 6º, § 12, da Lei n. 11.101/2005 (“LRF”) c/c artigo 300 do Código de Processo Civil (“CPC”), estando presentes os requisitos para tanto, como será demonstrado em capítulo próprio.

#### **DO LITISCONSÓRCIO ATIVO – CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL**

As requerentes RUSTK COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA e S. GOMES FERREIRA & CIA LTDA possuem objeto social voltado à área de “Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores” conforme pode se observar dos Cartões CNPJ em anexos, e são geridas

pelas irmãs Sara, Maria Heloísa e Isabela, filhas do Sr. Sebastião Ferreira de Sousa, o qual deu início ao empreendedorismo da família.

Demais disso, as empresas têm os mesmos clientes, fornecedores, bem como o mesmo corpo administrativo e contábil, o que por si só justifica a união no polo ativo da presente demanda. Cada uma das empresas está ligada entre si, de modo que o destino de uma depende do da outra.

Além disso, o ajuizamento de ações distintas, ou a apresentação de plano de recuperação judicial individual e realização de assembleia de credores para cada uma das empresas, implicaria num aumento desnecessário do custo operacional, das despesas e custas processuais, trazendo prejuízos que não podem, nem devem ser suportados pelas Requerentes e pelos próprios credores, que terão que arcar com os custos ligados a representação processual em 02 (dois) processos, ao invés de um só.

A situação em questão se enquadra perfeitamente no artigo 113, inciso III, do CPC, vez que *“duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito”*.

Ambas as Requerentes têm questões comuns de fato (crise), o que as levam a possuir uma pretensão jurídica igual (recuperação judicial), justificando, numa medida de economia processual, mesmo porque possuem identidade de credores, de fornecedores, contadores e até mesmo o mesmo corpo diretivo.

Quando da apresentação do plano de recuperação judicial, as Requerentes farão a fusão de seus patrimônios, apenas para preencher requisito formal, pois de fato isso já ocorre há muito tempo, como aconteceu em diversos outros casos, sempre visando o interesse da coletividade, desejando, por ora, obter o deferimento de sua recuperação judicial para estancar a crise que a todas atinge e para poderem negociar, coletivamente, com seus credores.

A jurisprudência recente demonstra que, havendo justificativa, como há no caso em tela, é autorizado o deferimento do processamento da recuperação judicial em litisconsórcio ativo para apresentação de um plano único, especialmente quando se trata de grupo familiar:

*AGRAVOS DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO RECUPERANDO, EM CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL,*

TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONSTANTES NOS ARTIGOS 69-G E 69-J DA LEI N. 11.101/05. INSURGÊNCIA DOS CREDORES. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL QUE PODE SER AFERIDA, DE PLANO, NA FORMA DO ART. 69-J DA LEI 11.101/05. CASO CONCRETO EM QUE RESTOU DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO FAMILIAR, QUE DETÉM O CONTROLE ADMINISTRATIVO DE TODAS AS EMPRESAS REQUERENTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MODIFICAÇÕES SOCIETÁRIAS QUE NÃO PREJUDICAM O RECONHECIMENTO DA UNIDADE DO GRUPO RECUPERANDO, POIS O CONTROLE SOCIETÁRIO PERMANECEU COM OS SÓCIOS QUE INTEGRAM O GRUPO FAMILIAR. VERIFICAÇÃO DE IDENTIDADE PARCIAL DOS SÓCIOS, EXISTÊNCIA DE GARANTIAS CRUZADAS, RELAÇÃO DE CONTROLE E DEPENDÊNCIA E ATUAÇÃO CONJUNTA NO MERCADO. ADMISSÃO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, NA FORMA DOS ARTIGOS 69-J, K, L, DA LEI N. 11.101/05. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL MANTIDA. RECURSOS NÃO PROVIDOS. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 2194836-36.2023.8.26.0000 Franca, Relator: Alexandre Lazzarini, Data de Julgamento: 31/01/2024, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 06/02/2024)

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Terceira Câmara Cível  
Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO n. 8027930-75.2019.8.05.0000 Órgão Julgador:  
Terceira Câmara Cível AGRAVANTE: BANCO BRADESCO SA Advogado (s): TADEU CERBARO,  
ELÓI CONTINI AGRAVADO: AMERICAR VEICULOS LTDA e outros (4) Advogado (s):  
ARISTOTENES DOS SANTOS MOREIRA, CAROLINA BARRETO LONGA DIAS ACORDÃO  
AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LITISCONSÓRCIO ATIVO.  
CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DEFERIDA. GRUPO ECONÔMICO. QUADRO SOCIETÁRIO  
COMUM. GARANTIAS CRUZADAS. CONFUSÃO PATRIMONIAL. AUTONOMIA DA  
PERSONALIDADE JURÍDICA NÃO PRESERVADA. PLANO DE RECUPERAÇÃO ÚNICO.  
CABIMENTO. SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. NECESSIDADE. DECISÃO  
MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Em que pese a legislação específica que  
rege a matéria (Lei de Recuperação de Empresas) ser omissa nesse ponto, a jurisprudência  
tem admitido a possibilidade de pedido de recuperação judicial **em litisconsórcio ativo,**  
**desde que as sociedades empresárias possuam relação de intrínseca interdependência**  
**entre elas. A decisão vergastada verificou que as empresas agravadas, em recuperação,**



*possuem intrínseca relação entre si, notadamente por possuírem quadro societário comum, garantias cruzadas, confusão patrimonial, tendo sido constatado ainda que as diversas personalidades jurídicas não são preservadas como centros de interesses autônomos, justificando assim a existência do litisconsórcio ativo na hipótese. Nessa análise sumária e não exauriente da matéria, própria do recurso manejado, não há nos autos elementos suficientes para desconstituir a decisão agravada. Ao revés, a sua fundamentação estabelece os critérios considerados pelo magistrado para permitir a apresentação de um plano único de recuperação das empresas do grupo. Precedentes. Recurso Improvido. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento de nº 8027930-75.2019.8.05.0001, em que é Agravante o BANCO BRADESCO SA , e Agravado AMERICAR VEICULOS LTDA. e outros . Acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo de Instrumento, nos termos do voto de sua Relatora. (TJ-BA - AI: 80279307520198050000, Relator: ROSITA FALCAO DE ALMEIDA MAIA, TERCEIRA CAMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/11/2020)*

O litisconsórcio ativo em pedidos de recuperação judicial deu certo em inúmeros casos, como os acima julgados, e certamente dará certo para as Requerentes, empresas conhecidas como pertencentes a um mesmo grupo de fato.

Nesse específico caso, as Requerentes atendem basicamente pelo nome de “Grupo Rustk”, como são notoriamente conhecidas e possuem atividades similares e gerenciamento conjunto.

Até porque, Excelência, deve ser analisada toda a questão na prática. Se for determinado que cada empresa requeira sua recuperação isoladamente, estas terão mais despesas com levantamento de documentos, publicação de editais, honorários de administradores judiciais, elaboração de plano de recuperação, dentre outros.

Pelo fato de as devedoras atuarem em conjunto, por haver coincidência de credores, de fornecedores, de estrutura contábil e administrativa, bem como por existir comunhão de direito e situação de fato idêntica a todas elas, o deferimento da reunião das mesmas no polo ativo é medida

que deve ser autorizada, vez que o sucesso será obtido com maior êxito caso os esforços de todas permaneçam unidos, nos termos do artigo 113, III, do CPC.

### DA NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Diante do quadro relatado alhures, indubitavelmente, verifica-se que o grupo empresarial necessita do amparo do Poder Judiciário. E isso se faz possível por meio do instituto da Recuperação Judicial, já que preenchidos todos os requisitos exigidos pela Lei n. 11.101/2005 para tanto.

Insta salientar que a vontade do legislador ao editar a LRF foi a de proteger a atividade econômica e preservar as atividades viáveis que atravessam um estado momentâneo de crise, este é justamente o contido no “princípio da preservação da empresa” encartado no artigo 47 da referida lei, senão vejamos:

**Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.**

Para que isto seja possível, a LRF também determina quais são os requisitos necessários para o ajuizamento de uma recuperação judicial, de modo que, como os motivos da crise já foram expostos acima e nos documentos juntados, tratar-se-á, agora, ao preenchimento dos demais requisitos dos artigos 48 e 51 da LRF.

### DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Os artigos 48 e 51, da Lei 11.101/05, estabelecem que, para propor o pedido de recuperação judicial, a devedora deve preencher alguns requisitos. No caso em questão, todos estão devidamente atendidos.

Para atender à exegese do artigo 48, I, II, III e IV, as Requerentes declaram, sob responsabilidade de seus patronos, que nunca foram falidas, nunca obtiveram concessão de recuperação judicial e tampouco as devedoras ou seus sócios e/ou ex-sócios foram condenados pelos

crimes previstos na Lei de Falências, bem como apresenta certidões negativas em seus nomes e de seus sócios.

As exposições das causas que levaram à crise econômico-financeira, mencionadas no artigo 51, inciso I, da Lei 11.101/05, encontram-se delineadas tanto no histórico subscrito pelos sócios proprietários quanto no **segundo tópico dessa exordial**.

Assim sendo, todas as exigências determinadas em lei para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial as Requerentes foram devidamente cumpridas, como se pode observar no rol de documentos que acompanham a exordial.

#### DO PEDIDO DE SEGREDO DE JUSTIÇA

A publicidade dos atos praticados no decorrer do processo constitui um princípio basilar do sistema processual brasileiro, conforme preceitua a CF, artigo 5º, LX. Os atos processuais, portanto, são públicos por natureza. Ocorre que, é necessário restringir a sua publicidade quando o interesse social ou a defesa da intimidade das partes o exigir, como é caso destes autos.

No entanto, a fim de evitar o *cross default* generalizado e o vencimento antecipado das operações financeiras/de mercado de capitais decorrente da mera ciência pelos respectivos credores afetados do ajuizamento deste pedido, o Requerente distribuiu a petição inicial em segredo de Justiça.

Nesse contexto, respeitosamente, pugna-se para que seja mantido o segredo de Justiça até que V. Exa. decida (e, espera-se, defira) o processamento do pedido e a concessão de tutela cautelar incidental.

#### DA NECESSIDADE DO PARCELAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS

As Requerentes não possuem condições, neste momento, de pagar integralmente o valor das custas sem prejudicar diretamente seu fluxo de caixa, pois, em esforços diários, tem prezado pelo pagamento pontual dos compromissos que afetam diretamente a sua operação, ou seja, pela manutenção de suas atividades.

Recolher integralmente o valor das custas incidentes sobre o valor da causa embaraçará, certamente, a sua operação, sendo que o futuro pedido de Recuperação Judicial se mostrou como a única forma viável economicamente para sanear a empresa financeiramente e assim adimplir o seu passivo.

Para além disso, verifica-se que as custas somam aproximadamente a monta de consideráveis R\$ 100.206,66 (cem mil e duzentos e seis reais e sessenta e seis centavos), o que, por óbvio, poderá prejudicar – e muito – a situação do grupo devedor.



## DISTRIBUIÇÃO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Distribuído em regime de plantão

☐ Sim ☒ Não

Valor da causa

R\$ 31.579.000,51

> Simulação do valor:

Distribuição - Recuperação Judicial - 1ª Instância

Guias - Lei Ordinária - 11077/2020

Custas Judiciais

R\$ 100.206,66

Total: R\$ 100.206,66

Simular Cálculo

*Custas Processuais*

Sob este ângulo, consoante alude o dispositivo legal do Código de Processo Civil, no § 6º, artigo 98, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais, a valer:

*“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. §6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento”.*



Em razão disso, ante a impossibilidade momentânea do Requerente de fazer frente ao pagamento integral das custas iniciais, requer o parcelamento de tais custas nos termos do §6º do artigo 98 do CPC, para que o valor referente ao principal seja pago em 06 (seis) parcelas, cujos comprovantes serão devidamente apresentados em até 05 (cinco) dias.

**DA TUTELA DE URGÊNCIA – DECLARAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DE BENS QUE COMPÕEM O ATIVO NÃO CIRCULANTE DAS REQUERENTES E CONSEQUENTE PROTEÇÃO CONTRA MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO**

Conforme já destacado em tópicos anteriores, as Requerentes atuam em áreas relacionadas comercialização de peças de veículos em atacado e varejo, dentre outros.

Para a venda destes produtos, necessitam de estoque de insumos, máquinas, implementos, veículos, mobiliário e estrutura física.

A propósito, sabe-se que o artigo 49, parágrafo 4º, da Lei 11.101/05, prevê que todos os bens indispensáveis ao desenvolvimento do objeto social da recuperanda, com ela devem permanecer ao menos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para que possa continuar com sua atividade, bem como em razão da óbvia impossibilidade de se prosseguir com o feito sem tais ativos, ainda que estejam em garantia fiduciária.

Mesmo assim, alguns credores buscam a todo tempo reaverem seus bens de maneira forçada e ilegal, numa afronta descarada ao instituto da recuperação judicial.

Por outro lado, ainda que os credores tenham o direito de recebimento, as Requerentes necessitam do apoio do Poder Judiciário para sua reestruturação, desde a propositura da presente, até o cumprimento de seu plano, uma vez que desenvolvem atividades plenamente viáveis.

A jurisprudência é robusta no sentido de proibir que as medidas de expropriação de bens, mesmo com garantia fiduciária, sejam tomadas para atingir o patrimônio das empresas em recuperação judicial, tudo para manter a atividade em dia, senão vejamos:

**AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. BEM ESSENCIAL AO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO DE**

**SUSPENSÃO. CENTO E OITENTA DIAS. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO.** 1. Há conflito positivo de competência quando, em que pese o deferimento do pedido de recuperação judicial da agravada, bem como a declaração de essencialidade dos bens objeto de alienação fiduciária, outro juízo determina a busca e apreensão dos referidos bens. 2. Ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, compete ao juízo da recuperação judicial decidir acerca da essencialidade de determinado bem para fins de aplicação da ressalva prevista no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, na parte que não admite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial (CC 121.207/BA, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 13.3.2017). 3. A suspensão das ações individuais movidas contra a recuperanda pode exceder o prazo de 180 dias caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação. 4. Agravo não provido. (STJ - AgInt no CC: 159480 MT 2018/0162281-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/09/2019, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 30/09/2019)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ART. 49, § 3º, DA LEI Nº 11.101/2005 – APREENSÃO DE BENS MÓVEIS – IMPOSSIBILIDADE DURANTE O PERÍODO DE BLINDAGEM DE 180 DIAS – BENS ALIENADOS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL – RETOMADA DA AÇÃO AO FINAL DO PERÍODO DE BLINDAGEM – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.** Os créditos decorrentes da alienação fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, contudo, durante o período de blindagem, de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecido pelo art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, não se permite a venda ou a retirada, do estabelecimento da devedora, de bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, a fim de possibilitar a superação da crise econômico-financeira em que se encontra. Findado o período de blindagem, a ação de busca e apreensão deve retomar o seu curso. (TJ-MT - AI: 10146488720208110000 MT, Relator: DIRCEU DOS SANTOS, Data de Julgamento: 02/09/2020, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/09/2020).

As Requerentes possuem alguns ativos, no entanto, os mais consideráveis são equipamentos, maquinários e veículos, que foram cuidadosamente listados numa relação anexa, apontando a finalidade de cada um, e que inclusive pede-se vênia para colacionar a aludida relação, abaixo:

<b>LISTA BENS ESSENCIAIS - MATRIZ E FILIAIS</b>
---

MOTOS		
PLACA	RENAVAN	VEÍCULO
RRX-6H63	1363142868	MOTO
RRY-2J33	1363402380	MOTO
RRY-9B13	1363705099	MOTO
RRY-8C73	1363673081	MOTO
QCN-5056	1201047916	MOTO
QCN-OG52	1224170412	MOTO
QCN-OG42	1224170404	MOTO
QCU-1087	1164868028	MOTO
QCK-OH54	1228698047	MOTO
QCN-OG62	1224170420	MOTO
QCV-2F37	1234634780	MOTO
QCN-5066	1201048238	MOTO
RAM-8E26	1241543892	MOTO
RRX6H53	1363142299	MOTO
RRY-2J23	1363402126	MOTO
QCN-OG32	1224170382	MOTO
STRADAS		
PLACA	RENAVAN	VEÍCULO
RRS-6C64	1338670198	STRADA
RRS-6D24	1338671879	STRADA
SPC-3H21	1366546374	STRADA
QCF-5A60	1172739304	STRADA

RAK-6F72	1227258825	STRADA
RAR-9D79	1250979410	STRADA
QCY-6828	1168924607	STRADA
RRS-6C94	1338670538	STRADA
<b>CAMINHÕES</b>		
<b>PLACA</b>	<b>RENAVAN</b>	<b>VEÍCULO</b>
QCS-9807	1164407608	CAMINHAO CARGA BRANCO
RRO-7H38	1317357946	TRACAO CAMINHAO TRATOR SCANIA
RAO-2A55	1244902818	CAMINHAO CARGA VERMELHO
<b>OUTROS VEÍCULOS</b>		
<b>PLACA</b>	<b>RENAVAN</b>	<b>VEÍCULO</b>
QCK-9H50	1213388241	HYUNDAI/CRETA 16A ATTITU
QCG-4382	1183122729	VW/POLO CL AD
RAP-7D32	1255358561	VW/T CROSS CL TSI AD
RRO-7G58	1317355749	FURGAO SCANIA CARGA SEMI-REBOQUE
RRL-8A24	1296520525	VAN
QTO-2E50	1211620058	AMAROK

Verifica-se que, dentre os itens relacionados, estão veículos e equipamentos que possuem vínculo específico com a atividade-fim das Requerentes, cujos respectivos documentos encarta-se a esta exordial, justamente para evidenciar a indispensabilidade às Requerentes.

Seria absolutamente sem sentido consentir com a retirada desses ativos, que estão à disposição do objeto social das Requerentes e que com certeza servirão para o cumprimento do seu plano de recuperação.



São justamente essas razões que evidenciam o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, pois sem os seus ativos, as Requerentes estarão fadadas à falência.

Já a probabilidade do direito reside justamente na farta jurisprudência que compreende pela manutenção da posse dos bens indispensáveis às atividades das empresas.

Portanto, requerem sejam declarados como essenciais os bens que compõem o ativo das Requerentes, listados na relação acima e em anexo, nos termos do artigo 49, § 3º, da LFR, bem como que seja impedida qualquer medida de constrição que busque retirá-los da posse das Requerentes.

## CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto e devidamente preenchidos os requisitos dos artigos 48 e 51 da Lei n. 11.101/2005, **REQUEREM** seja recebida a presente demanda, bem como seja deferido o processamento do presente pedido de recuperação judicial em favor das Requerentes.

Entendendo este Douto juízo pela realização de perícia prévia, **REQUER seja concedida liminar em antecipação de tutela**, contida nos artigos 6º, § 4º, e 49, § 3º, da LFR, para proibir qualquer medida, judicial ou extrajudicial, que tenha como objetivo a expropriação ou diminuição do patrimônio das Requerentes, e na ocasião do deferimento do processamento do feito, sejam ratificadas tais determinações.

**REQUER**, ainda, seja determinado o impedimento de desfazimento de qualquer bem essencial às atividades das Requerentes, em especial, o sobrestamento de qualquer ato expropriatório ou que retire da posse e propriedade do devedor, bens e equipamentos essenciais às suas atividades enquanto durar a presente ação, ou período em que estiver vigente o *stay period*, como medida de evitar a retirada de seus principais ativos, (veículos e estoque) os quais estão diretamente ligados ao objeto da atividade das Requerentes.

**REQUER** que seja oficiada à Junta Comercial do Estado de Mato Grosso para que efetue a anotação nos atos constitutivos das Requerentes como “**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**”, ficando certo, desde já, que este passará a se utilizar dessa designação em todos os documentos em que for signatário.

**REQUER**, igualmente, seja intimado o r. representante do Ministério Público da decisão do deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, oficiando a Fazenda Pública Estadual, Municipal e Federal, bem como que seja determinada a expedição de edital, nos termos do §1º do artigo 52 da Lei n. 11.101/2005.

**REQUER** seja diferido o pagamento das custas iniciais ao final do processo ou, caso não seja este o entendimento deste r. Juízo, ao menos o seu parcelamento nos termos do §6º do artigo 98 do CPC, para que o valor **R\$ 100.206,66** (cem mil e duzentos e seis reais e sessenta e seis centavos) seja pago em 06 (seis) parcelas, sendo que demais comprovantes serão devidamente apresentados nos autos.

*In fine*, requer-se que todas as publicações sejam feitas sempre e somente em nome de Euclides Ribeiro S. Junior (OAB/MT n. 5.222), Eduardo Henrique Vieira Barros (OAB/MT n. 7.680), sob pena de nulidade, nos termos do artigo 272, § 2º, do Código de Processo Civil.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 31.579.000,51 (trinta e um milhões quinhentos e setenta e nove mil reais e cinquenta e um centavos).

Nesses termos, pede deferimento.

Cuiabá/MT, 26 de abril de 2024.

***EUCLIDES RIBEIRO S. JUNIOR – OAB/MT 5.222***

***EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS – OAB/MT 7.680***

***ALLISON GIULIANO FRANCO E SOUSA – OAB/MT 15.836***

## ANEXO I

## ART. 48. DA LEI 11.101/05:

Doc. 03	Procuração e Documentos Pessoais das Sócias
Doc. 04	Contratos Sociais
Doc. 03	I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes;
	II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;
	III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;
	IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
ART. 51. DA LEI 11.101/05:	
Doc. 01	I – A exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;
Doc. 07,08,09,10, 11 e 12	II – <i>as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:</i>
	a) balanço patrimonial;
	b) demonstração de resultados acumulados;
	c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
	d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
Doc. 13	III - a relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial,
Doc. 14	IV – a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
Doc. 15	V – certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
Doc. 20	VI – a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

Doc. 16	VII – os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;
Doc. 17	VIII – certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;
Doc.187	IX - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;
Doc. 21	x - o relatório detalhado do passivo fiscal – Certidões Negativas.
Doc. 19 e 22	XI - a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.